



Fundo Municipal de Saúde de Machados

Secretaria Municipal de Saúde

Departamento Contábil

BALANÇO FINANCEIRO

Balancos Gerais - Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO, JUAREZ RODRIGUES FERNANDES
Acesse em: <https://etce.tcepe.tc.br/epd/validaDoc.seam> Código do documento: 250932a3-7a11-4a35-a01d-861824714874

DISPÊNDIOS

Nota

Exercício Atual

Exercício Anterior

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA
FILHO
Contador, CRC-PE nº
025898/O-0

Marcella da Mota Pereira
Secretária de Saúde



Nota Explicativa

(BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

a) Informações gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal de Saúde - FMS
CNPJ: 08.194.799/0001-06

a.2. Domicílio da entidade

Rua João Manoel, Nº 23
Centro, Machados – PE
CEP: 55.740-000

a.3. Dados do gestor

Nome: Marcella da Mota Pereira
Cargo: Secretária do Fundo
Período de Gestão: 04/01/2021 a 31/12/2021

a.4. Dados do contador responsável

Nome: José Cristóvam da Silva Filho
CRC-PE nº 025898/O-0
E-mail: cristovam-filho@acpublica.com.br

a.5. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade consolidadora:

O Fundo Municipal de Saúde de Machados concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “a administração pública em geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras.

a.6. Aspectos relevantes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Nos demonstrativos consolidados da administração direta e indireta do município estão compreendidos os seguintes órgãos e entidades:

Fundo Municipal de Saúde - FMS de Machados

a.7. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição e Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP nº “00” Estrutura Conceitual e NBC T nº 11 Apresentação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração este demonstrativo



Nota Explicativa

(BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

b) Resumo das políticas contábeis significativas

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do balanço financeiro, tendo em consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.

b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018, Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª Edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo conselho federal de contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP16.6. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publico

b.2. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentaria realizada e a despesa orçamentaria executada, por fonte/ destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentaria; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

b.3. Bases de mensuração utilizadas

- A elaboração do balanço financeiro por se tratar de um fluxo de natureza financeira adota o regime de caixa definido no art.35 da Lei nº4.320/64, tanto para as receitas como para as despesas.
- O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto. Ou seja, de caixa para as receitas e competência para as despesas, conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, realizando ao final do exercício, a inscrição dos restos a pagar processados e não processados no lado dos ingressos extraorçamentários.
- A moeda utilizada para os registros contábeis foi o real com valores históricos e constantes.
- Para estruturação do balanço e conseqüente apuração do resultado financeiro foram utilizadas as classes do plano de contas 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários de depósitos restituíveis e valores vinculados, saldo em espécie do exercício anterior e saldo em espécie para o exercício seguinte. Foi utilizado a classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas), para as transferências financeiras concedidas e classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas), para as transferências financeiras recebidas. A classe 5 (Orçamento Aprovado) serviu para o registro da inscrição de restos a pagar e classe 6 (Execução do Orçamento) para o



Nota Explicativa

(BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

devido registro das receitas orçamentárias e despesas orçamentárias, além dos pagamentos de restos a pagar.

- As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
- Foi incluído no saldo em espécie anterior e final a linha investimentos e aplicações temporárias do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, em conformidade com as Resoluções CMN nºs 3.992/2010 e 4.392/2014. Esta classificação está em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 8ª Edição, tanto em relação a estrutura do plano de contas, como a estrutura das demonstrações contábeis no Anexo V, além de atender o IPC nº 00. Estes valores são idênticos a linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.
- O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades das entidades municipais consolidadas. No BFI é possível realizar a apuração do resultado de duas maneiras obedecendo as seguintes equações:

MODO 1

Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior = Resultado Financeiro do Exercício

MODO 2

Receita Orçamentária + TFR + Recebimentos Extraorçamentários (-) Despesa Orçamentária (-) TFC (-) Pagamentos Extraorçamentários = Resultado Financeiro do Exercício

b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Financeiro. Este demonstrativo está de acordo com as regras estabelecidas na NBCT SP1 6.6.

b.5. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativa quanto ao Balanço Financeiro.

b.6. Descrição De Ajustes Relacionados Às Retenções, Bem Como Outras Operações Que Impactem Significativamente O Balanço Financeiro, Se Houver:

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BF e necessitem de ajustes.

b.7. Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:

Não houve registro de deduções das receitas.

c) Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis

c.1. Ingressos orçamentários

Os ingressos orçamentários do exercício de 2021 totalizaram R\$ 5.589.361,35. Houve uma diminuição de R\$ 361.060,47 em relação ao exercício de 2020 que foi de R\$ 5.950.421,82.



Nota Explicativa
(BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO, JUAREZ RODRIGUES FERNANDES
Acesse em: <https://etec.tcepe.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 25932a3-7a11-4a35-a01d-861824714874

Receita Orçamentária (I)	5.589.361,35	5.950.421,82
Vinculada	54.454,61	0,00
Ordinária	54.454,61	0,00
Vinculada	34.854,49	366.705,67
Recursos Vinculados à Educação	5.500.052,25	5.583.716,15
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	5.500.052,25	3.582.701,40
Recursos Vinculados à Previdência Social – RGPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	0,00	2.001.014,75

c.2. Transferências financeiras recebidas

O valor das transferências recebidas do exercício de 2021 totalizaram R\$ 7.665.953,49. Houve um aumento de R\$ 2.208.743,66 em relação ao exercício de 2020 que foi de R\$ 5.457.209,83.

Transferências Financeiras Recebidas (II)	7.665.953,49	5.457.209,83
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	7.665.953,49	5.457.209,83
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00

c.3. Ingressos extraorçamentários

Os ingressos extra orçamentários do exercício de 2021 totalizaram R\$ 1.436.546,71. Houve um aumento de R\$ 131.449,65 em relação ao exercício de 2020 que foi de R\$ 1.305.097,06

Recebimentos Extraorçamentários (III)	1.436.546,71	1.305.097,06
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	7.389,67	352.416,18
Inscrição de Restos a Pagar Processados	234.345,29	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.194.811,75	942.620,57
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	10.060,31

c.4. Saldo bancário anterior

O saldo disponível em 31/12/2020 foi de R\$ 364.458,67 conforme BF página dos ingressos, sendo que no saldo do balanço financeiro disponível em 31/12/2020, página dos dispêndios foi de R\$ 366.306,08, houve uma diferença de R\$ 1.847,41, sendo essa diferença referente a conciliações do exercício anterior foram repassados antes do fechamento das contas, portanto não batem os valores do exercício anterior, segue os balanços demonstrando o saldo anterior diferente.

Ingressos



Nota Explicativa
(BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Documento Assinado Digitalmente por: JOSÉ CRISTO VAM DA SILVA FILHO, JUAREZ RODRIGUES FERNANDES
Acesse em: <https://tcepi.br/validador>

Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	5.589.361,35	5.950.428,88
Vinculada	54.454,61	0,00
Ordinária	54.454,61	0,00
Vinculada	34.854,49	366.726,61
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	5.500.052,25	3.582.728,44
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social – RGPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	0,00	2.001.077,17
Transferências Financeiras Recebidas (II)	7.665.953,49	5.457.208,88
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	7.665.953,49	5.457.208,88
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	1.436.546,71	1.305.000,16
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	7.389,67	352.416,16
Inscrição de Restos a Pagar Processados	234.345,29	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.194.811,75	942.600,55
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	10.000,33
Saldo do Exercício Anterior (IV)	364.458,67	282.308,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	364.458,67	282.308,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	15.056.320,22	12.995.086,76

Dispêndios

Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)	12.654.136,83	10.873.197,37
Vinculada	30.472,19	0,00
Ordinária	0,00	7.374.686,02
Vinculada	12.623.664,64	3.498.511,35
Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00
Recursos Destinados à Saúde	12.623.664,64	3.347.857,28
Recursos Destinados à Previdência Social – RPPS	0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social – RGPS	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	0,00	150.654,07
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	300.782,21
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	0,00	300.782,21
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	1.002.300,67	1.454.801,10
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	83.749,86	35.465,13
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00	434.880,19
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	918.550,81	974.824,71
Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	9.631,07
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	1.399.882,72	366.306,08
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.399.882,72	366.306,08
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	15.056.320,22	12.995.086,76

c.5. Despesa orçamentaria

A despesa orçamentária empenhada do exercício de 2021 totalizaram R\$ 12.654.136,83. Houve um aumento de R\$ 1.780.939,46 em relação ao exercício de 2020 que foi de R\$ 10.873.197,37.

Despesa Orçamentária (VI)	12.654.136,83	10.873.197,37
Vinculada	30.472,19	0,00
Ordinária	0,00	7.374.686,02
Vinculada	12.623.664,64	3.498.511,35
Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00
Recursos Destinados à Saúde	12.623.664,64	3.347.857,28
Recursos Destinados à Previdência Social – RPPS	0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social – RGPS	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	0,00	150.654,07

c.6. Transferências financeiras concedidas



Nota Explicativa

(BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
 RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
 EXERCÍCIO: 2021

O valor das transferências concedidas do exercício de 2021 totalizaram R\$ 0,00. Houve um aumento nas transferências concedidas no valor de 300.782,21 em relação ao exercício de 2020. Que foi de 300.782,21.

Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	300.782,21
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	0,00	300.782,21
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	

c.7. Desembolsos extraorçamentários

Os desembolsos extra orçamentários do exercício de 2021 totalizaram R\$ 1.002.300,67. Houve uma redução de R\$ 452.500,43 em relação ao exercício de 2020 que foi de R\$ 1.454.801,10.

Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	1.002.300,67	1.454.801,10
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	83.749,86	35.480,11
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00	434.801,10
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	918.550,81	974.800,77
Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	9.639,12

c.8. Saldo bancário para o exercício seguinte

O saldo disponível em 31/12/2021 foi de R\$ 3.560.567,91.
 O resultado apresentado foi obtido da seguinte forma:

+ Saldo do Exercício Anterior	364.458,67
+ Receita Orçamentária	5.589.361,35
+ Transferências Financeiras Recebidas	7.665.953,49
+ Recebimentos ExtraOrçamentários	1.436.546,71
- Despesas Orçamentárias	12.654.136,83
- Transferências Financeiras Concedidas	0,00
- Pagamentos ExtraOrçamentários	1.002.300,67
= Saldo para o Exercício Seguinte	1.399.882,72

c.9. Resultado financeiro do período

O saldo final do exercício de 2021 totalizaram R\$ 15.056.320,22. Houve um aumento de R\$ 2.061.233,46 em relação ao exercício de 2020 que foi de R\$ 12.995.086,76.

TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)

15.056.320,22 12.995.086,76



Nota Explicativa
(BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO, JUAREZ RODRIGUES FERNANDES
Acesse em: <https://etce.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 256932a3-7a11-4a35-a01d-861824714874

MARCELLA DA MOTA PEREIRA
Secretária de Saúde

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA FILHO
Contador
CRC-PE nº 025898/O-0